

J. B. Libânio

Sínodo dos Bispos (1974)

Evangelização no Mundo de Hoje

UM SÍNODO EM BUSCA DA AUTO-DEFINIÇÃO

Este foi o 4.º Sínodo a ser realizado, desde sua criação pelo Motu Proprio de Paulo VI de 15 de setembro de 1965. No início pensou-se reuni-lo cada dois anos, mas logo a partir do 3.º Sínodo [1971] viu-se que maior espaço de tempo seria melhor. Neste último Sínodo ficou assente que a sua periodicidade será de 3 em 3 anos. Este pequeno detalhe mostra que o Sínodo está ainda à procura de sua auto-intelecção. Existe um Documento do Papa, regulamentando-o. Mas ele é realidade histórica, que se insere também no meio das expectativas dos homens e estas exercem sua influência. De dois em dois anos, o Sínodo exercia mais a função de conselheiro do Papa, informando-o a respeito de um problema importante do modo de pensar das Igrejas Particulares dispersas no mundo. Para esta função se podia pensar mesmo em aumentar sua frequência. Do Motu Proprio de Paulo VI têm-se a impressão de que esta frequência podia ser muito maior. Pois ele fala de um "organismo central

de Igreja, representativo de todo episcopado católico, perpétuo de sua natureza e de uma estrutura tal que sua função se exercerá de modo temporal e ocasional". Tem a missão geral de promover uma ligação estreita entre o Papa e o episcopado do mundo inteiro, por via de informação e conselho. Prevê-se um tríplice tipo de sessões: a) extraordinárias, b) especiais, c) ordinárias. De um órgão informativo e consultivo não se esperam documentos finais, elaboração de textos doutrinários e normativos para a Igreja. A sua função é comunicar elementos para a reflexão do Sumo Pontífice. Mas dentro do próprio Sínodo e sobretudo no Corpo da Igreja criou-se antes uma expectativa de "mini-concílio". Daí uma certa ambigüidade que houve nos trabalhos do Sínodo. O Secretariado Permanente, consoante com a natureza do Sínodo, tinha previsto que não se elaboraria nenhum documento final. Mas no correr do Sínodo, decidiu-se por tal elaboração. Mas o Sínodo não estava aparelhado para isto, nem tinha a assessoria gabaritada para um documento que realmente trouxesse novidades para a Igreja Universal. Corria o perigo de ficar aquém do próprio Vaticano II, que dispôs do melhor que a Igreja possuía naquele tempo em assessoria. Não se deve estranhar, pois, como se pôde infelizmente perceber de certa imprensa, que o Sínodo tenha produzido no fim uma Mensagem e um Elenco de temas muito pobres, em relação ao próprio material discutido e refletido no correr das sessões e círculos. A riqueza do Sínodo é todo o seu material, e não o documento final. Este é simplesmente um pobre esquema do que se discutiu. Como na própria intenção de Paulo VI existe a eventualidade de que se possa conferir ao Sínodo o poder deliberativo, em certos casos, tomando decisões, naturalmente de ordem disciplinar ou doutrinária, juntamente com o Papa, é claro, percebe-se que existe nele esta latente tendência. Para isto teria que mudar sua metodologia de trabalho e dispor de melhor assessoria.

O Sínodo tinha um "Instrumentum Laboris" redigido a partir de um outro texto e das inúmeras sugestões colhidas. Mas os trabalhos do Sínodo apenas fizeram menção a tal Texto-base. A fim de produzir um texto rico, ter-se-ia que trabalhar sobre este Texto-base. Mas a metodologia do Sínodo foi diferente. Os Padres Sinodais expuseram na primeira parte as experiências que tinham de suas Igrejas a respeito do tema da 1.ª parte do Texto-base. Foram intervenções em torno a tal texto, e não diretamente em ordem a completá-lo ou corrigi-lo. Assim no término de tais intervenções, elaborou-se uma Síntese, que não se referia mais ao Texto-base. Desta Síntese tiraram os temas a serem discutidos em grupos. Depois fez-se uma série de relatórios das discussões dos grupos. Estes não completavam nem a Síntese anterior, nem o Texto-base, mas eram textos paralelos. O mesmo aconteceu com a 2.ª parte do Texto-base. Esta parte teve uma longa introdução

apresentada pelo Card. Wojtyla. Foi praticamente um outro Texto-base para a 2.ª parte. As Intervenções que se seguiram, não supuseram nenhum dos dois textos. Por isso, ao final fez-se nova Síntese. Desta, tiraram-se também os temas para as discussões em grupo. Alguns grupos não gostaram da seleção. Das discussões dos grupos, redigiram-se relatórios. Com esta metodologia tivemos no final uma série enorme de textos sem referência explícita de um ao outro. Daí que quando se quis fazer uma Síntese geral, para elaborar o documento final, se sentiu a dificuldade. Além do mais as tentativas deste documento final não foram felizes, ou porque os seus redatores não levaram suficientemente em consideração o trabalho anterior e quiseram antes colocar suas próprias perspectivas teológico-pastorais sobre o tema ou porque a escassez do tempo não permitiu uma assimilação, gerando, portanto, uma insatisfação nos Padres Sinodais diante de um texto pobre não refletindo o que eles discutiram e disseram em sala.

Além do mais, a natureza do Sínodo, como órgão informativo e consultivo, não coadunava bem com um documento que fosse predominantemente doutrinal. No correr do Sínodo, sentiu-se em algumas intervenções certa desconfiança em relação à atuação dos teólogos na Igreja. Conversando com alguns Padres Sinodais, fora naturalmente do âmbito do Sínodo, percebi que julgavam essa atitude como generalizada. Havia uma resistência a apelar para teólogos em discussões mesmo que fossem de cunho mais teológico. Preferiram muitos que estas se desenvolvessem de modo mais simples, mais pastoral, ainda que menos exatas na conceitualização e menos originais. Talvez seja uma das características do Sínodo este cunho menos teológico e mais expressivo da consciência comum da Igreja. Pelos resumos das discussões, tinha-se a impressão de que se discutia a partir de teologias que os bispos estudaram, completadas pelo senso comum e pelo conhecimento mais ou menos generalizado de certos dados da teologia atual. Por isso, as afirmações ficavam num cunho mais vago e geral, quando se tratava de questão mais teórica.

OS TEMAS MAIS IMPORTANTES

Podemos dizer que o Sínodo desenvolveu seu trabalho em três momentos: num primeiro defrontou-se com a complexidade da realidade histórico-humana em que acontece a evangelização; num segundo destacou alguns problemas mais importantes decorrentes desta situação; e num terceiro refletiu mais profundamente sobre tais problemas, descobrindo-lhes as tensões constitutivas.

Para traçar o *quadro da realidade* houve três séries de documentos: o panorama da Igreja Universal elaborado por D. Aloisio Lorscheider, Os Relatórios sobre os Cinco Continentes e uma série de intervenções dos Padres na 1.ª parte do Sínodo. Deste farto material, poderíamos apontar como características da realidade da atual evangelização as seguintes:

- a) a existência de Antigas Religiões não-cristãs, sobretudo na *Ásia*, cuja riqueza espiritual passou e passa ainda despercebida para a maioria dos cristãos e não foi levada em consideração no processo de evangelização destas regiões;
- b) o processo de libertação em relação às potências colonialistas com a necessidade de encontrar a própria identidade cultural, percebido de modo mais agudo pelos países da *África*;
- c) um mundo em movimento de secularização, entendida como decorrente da industrialização, urbanização, tecnologia, Realidade mais salientada pelos países do 1.º mundo (Europa, América do Norte);
- d) o fato do ateísmo programático dos países do 2.º mundo (mundo socialista);
- e) a gritante situação de injustiça social do 3.º mundo;
- f) o fenômeno da religiosidade popular, mais agudo na América Latina.

Diante desta realidade complexa, os Padres Sinodais perceberam a existência de enorme *gama de problemas* para a evangelização. Defrontaram-se, primeiro, com a imagem da própria Igreja diante deste mundo. Em relação às religiões não-cristãs, a Igreja não soube descobrir-lhes os valores, nem traduzir para estas culturas a mensagem cristã. A universalidade do cristianismo confundiu-se, na prática, com a cultura ocidental, de cunho romano. Levantou-se, portanto, o problema da aculturação do cristianismo.

Em relação a África, a Igreja apresentou-se estrangeira, ligada às forças colonialistas, não sabendo despojar-se a fim de fazer-se africana com os africanos. Os bispos da África falaram com veemência a respeito deste problema da indigenização, que não deve ser entendido como pulverização da Igreja, mas como desligamento das forças de colonização.

Os Padres Sinodais da Europa estavam preocupados com o problema da não aceitação da Igreja, por parte do homem moderno, sobretudo jovens e intelectuais. Muitos aceitam a Deus, a Cristo, mas não a Igreja. O problema foi visto por alguns bispos como a defasagem entre os anseios dos jovens de liberdade, autenticidade, espontaneidade, maior relacionamento, maior compromisso

com o processo de justiça e paz universais, e a aparência da Igreja como legalista, jurídicista, autoritária, e ligada às forças da situação, sobretudo ao capitalismo ocidental.

A América Latina via o problema antes na imagem de uma Igreja que não se comprometeu com o processo de libertação, mas antes confundiu-se com as classes mais privilegiadas.

Esta reflexão sobre a Imagem da Igreja desceu a um nível mais profundo ao concluir-se com a necessidade de verdadeira evangelização e conversão dentro da própria Igreja. Ela evangeliza o mundo, mas deve também evangelizar a si mesma e converter-se continuamente ao Evangelho.

Outro conjunto de problemas foi o da tensão entre o universal e particular. Tal problema foi sentido sob o prisma de aculturação na pregação em regiões de outras religiões e culturas, sob o prisma da indigenização nas regiões novas, sob o prisma da criação de teologias, liturgias, disciplinas eclesiais, ministérios próprios para as determinadas regiões. Como se vê, os mesmos problemas aparecem em diferentes níveis. Ora são vistos como realidade, ora como deformação da imagem da Igreja, ora como verdadeiro problema teórico, teológico, pastoral.

Mas a forma mais importante desta tensão universal-particular, foi expressa no problema da Igreja Particular e das Comunidades eclesiais de base.

Um último grupo importante de problemas dizia respeito à relação entre Evangelização e Libertação humana. Problema agitado sobretudo pelos Padres da América Latina, mas que teve ampla repercussão na sala sinodal.

Num terceiro momento, o Sínodo dedicou-se a uma reflexão mais séria sobre os problemas levantados. Seria longo seguir o correr das intervenções, algumas realmente ricas em conteúdo. Também mereceria uma atenção mais detida o conjunto dos relatórios sobre as discussões em grupos, seja sobre a 1.ª parte de experiências, como sobre a segunda de cunho mais teológico.

Para a nossa situação de América Latina poderíamos salientar dois pontos desta reflexão: a tensão entre Ação do Espírito Santo e a tarefa da Libertação, e a originalidade das Igrejas Particulares. A ação do Espírito Santo não foi vista, como se podia temer por causa da influência do movimento de renovação carismática, de modo espiritualista, mas muito relacionada com a atividade humana, sobretudo de libertação. Na própria Síntese parcial, aparecem em tensão estes dois elementos. Presença do Espírito Santo no mundo, de modo que tudo que há de justiça, de paz, de verdadeiro amor, de solidariedade entre os homens, de preocupação pelo

irmão revela esta presença. Presença do Espírito nos evangelizadores, enquanto se dedicam com coragem, com entusiasmo, com esperança à sua tarefa de testemunhar e pregar o Evangelho. O duplo elemento do testemunho de vida e da pregação foram assaz sublinhados no Sínodo.

A evangelização deve ser precedida e acompanhada de verdadeira conversão e renovação de toda a Igreja. O testemunho de santidade da Igreja é pressuposto e sinal de credibilidade da evangelização. Em particular, salienta-se o testemunho de pobreza de vida, sobretudo dos ministros da palavra. Recorda-se frequentemente a dedicação aos pobres, aos doentes, aos anciãos, aos marginalizados, como sinal do discípulo de Cristo, da credibilidade de sua pregação. Esta naturalmente não deve descuidar do elemento doutrinal, de ensinamento e de administração dos sacramentos.

Existe também uma presença do Espírito Santo em todos os homens, nos evangelizados. As "semina Verbi" — sementes do Verbo — estão difundidas por todas as partes pela ação do Espírito. Assim, antes que chegue a palavra da pregação, já existe uma palavra interior no coração do homem que é fruto da ação do Espírito.

Finalmente, a ação do Espírito aparece na atividade mesma de evangelizar. Neste ponto, o Sínodo deu um passo muito importante. Expressou como consenso tranqüilo da Igreja a relação íntima entre Evangelização e Libertação humana integral. A libertação não é exterior à evangelização. É-lhe parte integrante, ainda que não idêntica. Não pode haver para um cristão verdadeira evangelização sem que inclua libertação. E toda libertação deve ser feita a partir de princípios e inspiração cristãos. A libertação plena quer manifestar que o homem pela salvação de Cristo é livre do pecado, da morte, e de seus efeitos na dimensão pessoal e social. A ação do Evangelho inclui necessariamente a solidariedade, a cooperação com os homens que se empenham na plena libertação dos homens. A Igreja deve realizar em todas as partes a sua ação libertadora como sinal de Jesus Cristo, colocando-se ao lado dos que sofrem e participando do esforço comum dos homens.

Nas intervenções orais e escritas dos Padres podemos encontrar reflexões que iluminam o problema. Aparece nelas uma preocupação clara por superar o dualismo natural-sobrenatural, humanização-evangelização, salientando, no fundo, a unidade profunda da história humana, entendida a partir da unidade do destino humano: participar da plenitude do Cristo ressuscitado, que venceu

com sua morte e ressurreição os grilhões da morte, do pecado, e de todas as suas conseqüências pessoais e sociais. Nesta linha, deve seguir a evangelização de toda a Igreja.

Outro ponto importante para nossa pastoral foi, sem dúvida, a importância que se deu à Igreja Particular. Creio que não me engano ao afirmar que no Sínodo se notaram duas posições sobre a Igreja Particular, com nítido deslocamento de uma para outra. Numa primeira visão, a Igreja Universal precederia como uma realidade substancializada, definida sobretudo a partir da unidade de doutrina, de liturgia, de disciplina, de ministérios e que iria atualizando-se, concretizando-se, realizando-se nos diferentes lugares com características então próprias deles = Igrejas Particulares. A intelecção, portanto, da Igreja Particular se faria a partir da Igreja Universal. Aquela seria um acontecer desta em determinado lugar e tempo. A outra visão partiria da Igreja Particular. Assim a Igreja de Cristo existente em determinado lugar e tempo, com suas riquezas litúrgicas, disciplinares, institucionais, teológicas, não estaria isolada, nem se entenderia senão em comunhão e participação com as Igrejas irmãs, sobretudo com a Igreja de Roma. Nesta participação e comunhão, obra fundamentalmente do Espírito Santo, elas encontrariam uma unidade e universalidade. Esta viria como fruto da comunhão, como verdadeira riqueza. Quanto maior comunhão, tanto mais profunda a unidade e universalidade. Mas esta não diminuiria em nada a originalidade de cada Igreja Particular.

No Sínodo percebia-se uma tendência do movimento da primeira intelecção para a segunda. Claro era entretanto que a originalidade da Igreja Particular não significava em nada ruptura com a catolicidade. Isto aparecia nítido nas intervenções dos Padres africanos que mais salientaram tal movimento.

Muitos outros temas interessantes foram tratados: responsabilidade de toda Igreja na evangelização; formação e função dos agentes de pastoral: juventude, intelectuais, família, mulheres; religiosidade popular; diálogo com as religiões não-cristãs, com as ideologias; evangelização dos não-praticantes; Igreja, sacramento universal da salvação. Seria longo demais abordar cada um deles. Como conclusão da parte de reflexão poderíamos dizer que o Sínodo ampliou muito o conceito de evangelização. Este termo fora entendido durante muito tempo simplesmente como o primeiro anúncio da salvação aos não-crentes. A catequese era reservada aos batizados (ver: *Lumen Gentium* n.º 17; *Ad Gentes* n.º 6). Depois passou a significar todo ministério da palavra, sob qualquer forma (ver: *Apost. Actuos.* n.ºs 2, 19 e 29; *Presb. Ord.* n.º 5). Depois do Concílio, entrou o costume de significar toda a missão da Igreja, todas as atividades com e pelas quais a

Igreja anuncia, implanta ou faz amadurecer o Reino de Deus. Isto era expresso no Concílio com o termo: "apostolado". Este é o sentido do "Instrumentum Laboris" e usado por muitos Padres Sinodais. Entretanto a pregação do Evangelho ocupa o primeiro lugar na evangelização. No Sínodo ainda aparece outro enriquecimento do termo: inclui-se nele, como parte integrante, a libertação humana, a promoção do homem, que antes era considerada como "pré-evangelização". Mais. Tal atividade adquire enorme importância. Aqui e ali se sentiu que a precedência da Palavra na evangelização era questionada, deslocando o acento para os "gestos", os "sinais".

ALOCUÇÃO FINAL DO PAPA

Uma imprensa tendenciosa explorou a alocução do Papa como uma advertência aos Padres Sinodais em relação à posição que eles tomaram na Sala. Mas uma leitura tranqüila, serena e objetiva do texto nos revela o contrário. Paulo VI aparece otimista e jubiloso: "não podemos não deixar que nos inunde a alma uma sensação de sincera satisfação e de optimismo realista". Experiência de colegialidade muito rica, revelando uma Igreja consciente de sua missão de evangelizar, "com amor, com humildade, com o sentido das limitações". Enumera Paulo VI longa série de pontos positivos, seja pelo consenso em pontos importantes, seja pela atitude de estarem ali a ouvir o Espírito de Deus, seja mesmo pelo impasse da redação do documento final. Tudo foi positivo. Em quatro pontos, depois de mostrar também aí o aspecto positivo, acrescenta observações de puro bom senso, sobre as quais uma pessoa sincera não teria nada a objetar.

Ao falar das Igrejas Particulares, chama a atenção de que a missão da Igreja de Roma não é só em casos extraordinários. Ela tem uma missão ordinária de ser diácona da unidade. Ela é o fundamento e sinal da unidade da Igreja. Outro problema seria como ela servirá melhor a unidade: interferindo muito ou menos. Isto já é uma questão prudencial, pastoral e não estritamente teológica. Sobre isto, o Papa não se pronuncia. Cabe-lhe o dever de servir a unidade de toda a Igreja. Serviço necessário, importante, imprescindível. A mudança dos tempos influencia na maneira concreta de realizar tal serviço e não em anulá-lo.

Outro ponto foi sobre a aculturação. Nada tão fundamental como ela. Mas não deve romper a catolicidade. Paulo VI cita o exemplo de Pedro, Paulo, como souberam aculturar o cristianismo para os judeus e para os pagãos, sem que rompessem a fé. Somente um desconhecedor da exegese não perceberia as diferenças nítidas da maneira de formular a pregação evangélica de um Pedro, de

um Marcos e de um Paulo. Se num curto intervalo de anos houve tanta riqueza de expressão e formulação dentro do Novo Testamento, que diremos no correr de 20 séculos em regiões e culturas tão diversificadas? A advertência de Paulo VI é para que imitemos os apóstolos: pluralidade sem romper a unidade, a catholicidade.

Sobre a Libertação o Papa nos lembra a especificidade cristã. O Evangelho tem uma originalidade própria e o cristão comprometido no processo de libertação não pode esquecê-la. A teologia da libertação quer ser exatamente isto: a busca da originalidade do Evangelho na libertação. Se ela fosse simplesmente uma política ou estratégia de libertação, não lhe custaria tanto esforço de reflexão, pois bastar-lhe-ia buscar alhures, nas ciências políticas, todo o material de sua reflexão.

Enfim, as comunidades de base não devem nascer do impulso arbitrário de cada um singularmente. Isto seria exatamente o oposto de comunidade de base. A advertência de Paulo VI é para que não se confunda comunidade de base com qualquer aventura ou arbitrariedade de pessoas isoladas.

As Palavras do Papa foram antes de tudo um estímulo, um incentivo e nada tem do tom fúnebre ou admonitório que uma imprensa reacionária e demolidora da Igreja explorou.

OBSERVAÇÕES FINAIS

O Sínodo não é um Concílio. O Concílio Vaticano II foi grandemente trabalhado pelos teólogos europeus que forneceram aos bispos rico material teológico, consubstanciado nos Documentos. Por isso o Vaticano II foi marcado pelo pensamento europeu. O Sínodo foi feito por pastores, que refletiram a vida de sua Igreja. O último Sínodo foi marcado sobretudo pelas Igrejas da África e da América Latina. Elas determinaram de modo forte a temática. Mostraram que há uma esperança de Igreja que vem dos países pobres e das Igrejas novas. Daí que as intervenções de bispos africanos, e de nossos bispos D. Paulo, D. Aloisio e D. Helder tiveram enorme repercussão dentro da Sala e na imprensa.

Merece finalmente menção especial a Declaração dos Padres Sinodais com o Papa sobre os Direitos Humanos.

Nasceu durante o próprio Sínodo o desejo de redigir um documento em que mais uma vez a Igreja se mostrasse solidária com todos aqueles que lutam pela fraternidade, pela justiça e pela paz, numa luta sem tréguas contra todas as violações dos direitos humanos. O conteúdo do documento não tem novidades.

Mas sua força vem de que a Igreja não se cansa nesta batalha. O tema não é novo. Mas a realidade das violações continuam. A Igreja tem uma função de ser consciência. O documento assume um caráter humilde, porque a Igreja se reconhece pecadora neste ponto e promete diante do mundo o perdão, a compreensão, o diálogo dentro de suas próprias estruturas.

O Sínodo é reflexo e esperança. Como reflexo ele revela a vida da Igreja. Nesta revelação tornou-se sinal de esperança. Existe vida em muitas Igrejas. Existe consciência responsável por parte de pastores de sua missão de evangelização e de libertação plena do homem. Esta consciência se fortificou, se renovou, se enriqueceu. E lentamente tal movimento de vida vai descendo às Igrejas capilarmente. Por isso, o Sínodo é esperança de que muito do que se disse no Sínodo se transforme em vida em todas as Igrejas. Faz-se mister tempo. Temos três anos para viver as riquezas deste Sínodo e preparar-nos para o novo. Assim a Igreja viverá continuamente nesta dinâmica: assimilação e criação. Eis o grande milagre do Espírito. Uma Instituição de 20 séculos que é capaz de assimilar e criar, de converter-se e evangelizar, de ser sinal de vida. A esperança está no Espírito que vivifica. A esperança está, portanto, na vida, que é acolhida e criatividade. Cabe agora a cada Igreja particular inserir-se neste processo de acolhida das riquezas do Sínodo e de criação de outras, em espírito de comunhão com as Igrejas irmãs e com a Igreja de Roma.